

# Falta coragem política

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) assinala, no próximo dia 28, 33 anos de existência. À semelhança de anos anteriores, a instituição foi o politécnico do interior do país mais procurado nas fases de candidatura, num ano em que os candidatos ao ensino superior voltaram a diminuir e em que as instituições do interior do país tornaram a ser penalizadas.

Carlos Maia, presidente do IPCB, fala em falta de coragem política (dos sucessivos governos) para “implementar medidas que contribuíssem para a coesão e sustentabilidade territorial e para a coesão social”. Aquilo que se verifica, no entender daquele responsável “é que as assimetrias são extremamente acentuadas a vários níveis, mas o que é preocupante é que se encara isso com naturalidade, como se não pudesse ser de outra maneira”.

O presidente do IPCB explica que “em relação à política de vagas, ninguém pode achar razoável que 53%

das vagas disponibilizadas no concurso nacional de acesso ao ensino superior no ano letivo de 2013/14 estejam concentradas em apenas três cidades portuguesas, Lisboa, Porto e Coimbra, que 91% das vagas estejam no litoral e apenas 9% no interior, e que quando se fale na reorganização da rede de ensino superior haja quem defenda que esta tem de ser feita através das instituições do interior”.

Por isso, defende, que “a reorganização da rede de ensino superior terá de ser efetuada com todas as instituições de ensino superior, independentemente de se situarem no interior ou no litoral. Tem de haver a necessária proporcionalidade dos discursos e das ações. Estamos a falar de ensino superior público, pago também com o dinheiro dos cidadãos. Só para dar um exemplo, em Lisboa existem dez instituições de ensino superior público, algumas das quais distam menos de mil metros entre si”.

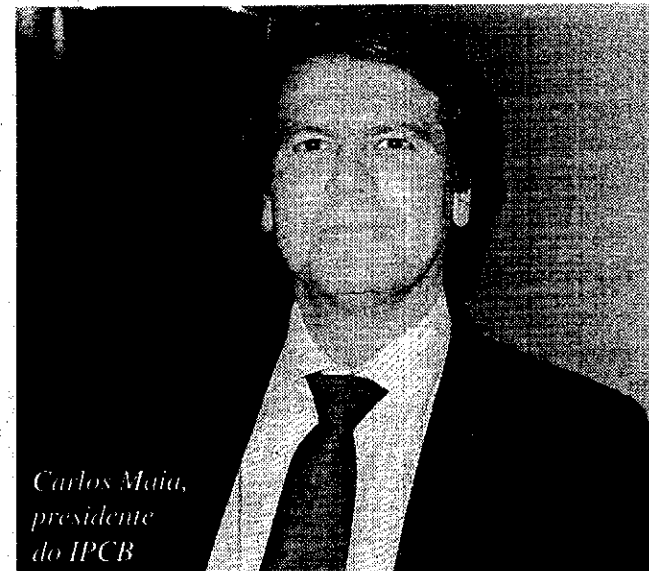
Apesar desta constatação, Carlos Maia não acredita que

essas medidas alguma vez venham a ser implementadas. “Já vários governos, de diversos quadrantes políticos, tiveram oportunidade para o fazer e todos eles demonstraram total incapacidade. Aliás, nem sequer faz parte das suas agendas políticas. Não me estou a referir apenas ao ensino superior. Refiro-me a um conjunto de medidas desproporcionadas, que não têm em conta a coesão territorial e a coesão social, termos que muitas das vezes não passam de bandeiras desfraldadas apenas de quatro em quatro anos, aquando das disputas eleitorais. É mais fácil penalizar regiões já de si desfavorecidas, talvez porque o número de votos e o peso político é claramente menos relevante do que o do litoral”.

O presidente do IPCB não foge à questão das colocações e à procura de alunos pela instituição. “Tirando um ou dois casos anormais, que nos surpreenderam e que deverão merecer a reflexão interna da instituição para além da análise que é sempre

feita, o IPCB sofreu a quebra verificada a nível nacional, resultante da redução global do número de candidatos ao ensino superior, acentuada pela hecatombe das colocações nas áreas das engenharias. Estes dois fenómenos penalizam em maior escala, como é hábito, as instituições de ensino superior do interior do país”, justifica.

Para inverter a quebra no número de candidatos ao ensino superior, Carlos Maia diz ser “necessário aumentar o campo de recrutamento. O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos poderá contribuir para isso, mas terá também de haver uma intervenção no ensino básico e secundário, que permita aumentar as competências dos estudantes, o que se repercutirá nas médias dos exames nacionais. Não é normal que as médias dos exames nacionais sejam sistematicamente negativas e o país encare isso como de algo normal se tratasse. Além disso é também necessária uma forte intervenção no sentido de reduzir o abandono esco-



Carlos Maia,  
presidente  
do IPCB

lar, principalmente no ensino secundário”.

Carlos Maia aborda também a boa relação que o IPCB tem com a Câmara de Castelo Branco, depois de terem sido feitas críticas, na penúltima Assembleia Municipal, por a autarquia não fazer parte do Conselho Geral da instituição: “Não são as entidades que são convidadas para pertencer ao conselho geral. A lei que aprova o regime jurídico das instituições do ensino superior estabelece claramente que os membros cooptados são personalidades externas de reconhecido mérito com conhecimentos e experiência relevantes para a missão da instituição. Portanto a escolha é nominal e não institucional. Independentemente disso, a relação entre o IPCB e a Câmara Municipal sempre foi excelente, de cooperação e articulação mútua, como é conhecido, e tenho a certeza que assim vai continuar. A Câmara Municipal tem de estar sempre ao lado do IPCB e o IPCB ao lado da Câmara Municipal, para caminharem juntos em prol do desenvolvimento da região. Quanto às personalidades cooptadas para o conselho geral do IPCB, não vou obviamente tecer qualquer comentário, uma vez que são escolhas que cabem exclusivamente aos membros que foram eleitos para representarem os professores, os estudantes e os trabalhadores não docentes”.

João Carrega